

Energias renováveis: um futuro (com)passado

Antes de qualquer reflexão sobre o presente e o futuro das energias renováveis em Portugal, nunca é demais relembrar que esta crescente imposição para o seu uso tem origem nos motivos errados: remediar um mal instalado. Seria repetitivo falar dos motivos que levam a que esse mal esteja instalado porque, para isso, basta abrir a página de qualquer periódico num qualquer dia; importa sim reflectir sobre os erros cometidos e não os repetir noutros domínios. Estou a referir-me mais concretamente ao uso (ir)racional da água. Espero daqui a uns anos (não faltarão muitos, se a inércia continuar) não estar a fazer considerações sobre os incentivos e estratégias comunitárias e nacionais para o uso de tecnologias de conversão de água salgada em água potável.

O crescente aumento dos gases de efeito de estufa (GEE) - dióxido de carbono, óxidos de enxofre, óxidos de azoto e poeiras - e os problemas que destes advêm - alterações climáticas, desequilíbrios ecológicos, problemas de saúde pública, entre muitos outros - fez com que os governantes mundiais pensassem em soluções que contrariassem esta tendência e uma das medidas, talvez a mais popular, foi a elaboração de um protocolo que estabelecesse metas concretas para a redução desses mesmos gases. Como os interesses pessoais em termos económicos de alguns países denominados de "desenvolvidos" continuam a prevalecer sobre o interesse comum de preservação das espécies, não existe ainda a ratificação desse protocolo e, por isso, o esforço de uns é aproveitado pela ganância de outros. Isto tudo para evidenciar uma luta desigual. Nada de novo, portanto.

Com o objectivo de resolver esta situação tem vindo a desenvolver-se e a aplicar-se processos de produção de energia usando fontes renováveis. As fontes renováveis que mais têm contribuído para o consumo total de energia primária em Portugal são a energia da biomassa e a energia hídrica, tendo-se registado um forte crescimento do uso da energia eólica. Mas a evolução da produção nacional de energia é pouco significativa quando comparada com o consumo nacional, 2.4 Mtep* e 23.7 Mtep respectivamente. Quer isto dizer que quase 90 por cento da energia consumida é importada.

Apesar da existência de uma directiva comunitária que impõe a utilização de 39% de FRE na produção de energia eléctrica gerada em território nacional até 2010, o país vai continuar a depender dos 93% da energia hidroeléctrica produzida nas barragens, dependentes, por sua vez, de acordos internacionais com o governo espanhol e, na mesma proporção, da importação de combustíveis fósseis.

Neste contexto, afinal qual irá ser o papel representado pelas pequenas fontes de energia renováveis endógenas - sol, vento, geotermia, resíduos da floresta -, as únicas que decididamente nos tornam independentes em termos energéticos de países terceiros? Que benefícios ambientais globais podem ser retirados dessa directiva comunitária quando não há imposições relativamente à importação das fontes não renováveis - petróleo, carvão e gás natural?

Parece-me oportuno, mas ao mesmo tempo lamentável, lembrar que Portugal possui excelentes condições em termos do recurso natural - água -, para ser a próxima vítima dos "senhores do mundo", quando esta for, assim como é agora o petróleo, o bem mais precioso do planeta. Pensem nisso.

* Mega toneladas equivalentes de petróleo